

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.805 - PE (2019/0134924-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : ELTON RICARDO ALVES FERREIRA
ADVOGADOS : JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JÚNIOR - PE021087
ELAINE CARVALHO DE LIMA E OUTRO(S) - PE037160
RECORRIDO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : RAPHAEL WANDERLEY DE OLIVEIRA E SILVA E OUTRO(S) -
PE036308

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por ELTON RICARDO ALVES FERREIRA, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que denegou a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA REJEITADA. MÉRITO: REMOÇÃO DE SERVIDOR. AUSÊNCIA DE DIREITO À INAMOVIBILIDADE. ATO DEVIDAMENTE MOTIVADO E FUNDAMENTADO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. MÉRITO ADMINISTRATIVO. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Preliminar de inadequação da via eleita rejeitada.
2. Versa a lide acerca de existência de suposto ato coator fundamentando a remoção do impetrante (fls. 21), Elton Ricardo Alves Ferreira, que integrava a 75a Circunscrição (Água Preta), para a Delegacia de Polícia da 72a Circunscrição (Berreiros).
3. Segundo alega, o impetrante fora admitido nos quadros da Polícia Civil de Pernambuco em 12/03/2013, através de concurso público regionalizado, onde optou pela lotação da região da Zona da Mata. Ao longo do seu exercício na Polícia Civil, foi surpreendido com alguns atos de remoção para localidades não abrangidas por sua área de lotação, necessitando recorrer ao Poder Judiciário, a fim de coibir ilegalidades.
4. O ato que subsidia a impetração deste remédio constitucional ocorreu em 27/03/2018, quando o Delegado Chefe da Polícia Civil, Joselito Kehrle do Amaral, através da Portaria GAB/PCPE (DIRH) no 1253, determinou a sua remoção da Delegacia da 75a Circunscrição (Água Preta) para integrar a 72a Circunscrição

Superior Tribunal de Justiça

(Barreiros).

5. É sabido que servidor público não pode alegar qualquer tipo de violação a direito adquirido pela sua remoção, vez que, dentre os direitos constitucionais a ele assegurados no artigo 37, não está a inamovibilidade.

6. Some-se a isso que todo ato de remoção, a pretexto de deslocar o servidor para outra localidade, visa assegurar sempre o interesse público, na medida em que a Administração fará mudanças operacionais a fim de equilibrar o efetivo ou até mesmo em caso de urgência/calamidade, tudo isso dentro do critério de conveniência e oportunidade de que goza a edilidade.

7. Assim, ainda que o concurso tenha oportunizado ao candidato escolher a área de preferência de sua lotação, isso não quer dizer que ele nunca poderá dali ser removido, seja por interesse pessoal ou até mesmo pelo interesse público.

8. É preciso, pois, que a legislação seja observada, quando for para trato de interesse particular, ou que interesse público se faça presente, quando se tratar de remoção de ofício.

9. Impedir que a Administração Pública possa gerir seus recursos e funcionários, ainda que sob o argumento de falta de motivação, é engessar e burocratizar ainda mais a gestão que, por si só, precisa observar o princípio da estrita legalidade, além de tantos outros balizadores.

10. No presente caso, o ato que determinou a remoção do impetrante está devidamente fundamentado e motivado nos considerandos mencionados pela autoridade apontada como coatora, inclusive, mencionando o artigo 13, I do Estatuto dos Policiais Civis, bem como do artigo 41, da lei no 6.123/1968.

11. É de se ver, pois, que os fundamentos elencados pelo impetrante para fundamentar a existência do seu direito líquido e certo caem por terra, vez que o servidor público não tem direito a inamovibilidade dentro do serviço público, sobretudo quando se verifica que tal ato foi feito visando ao interesse público e que foi devidamente fundamentado no ato de remoção.

12. Assim, não se vislumbra qualquer tipo de ilegalidade a ensejar a atuação deste Poder. Ao revés, agir de outro modo é interferir na discricionariedade da Administração e violar os preceitos constitucionais do artigo 20 da CF.

13. Por fim, e não menos importante, é preciso que se registre o fato de que as cidades (Água Preta e Barreiros) são contíguas e integram a mesma região, qual seja, a Zona da Mata Sul Pernambucana.

Superior Tribunal de Justiça

14. Nesse ponto, aliás, tenho como válido ressaltar, por cautela, que, no exercício de cargo público sabidamente desprovido da prerrogativa da inamovibilidade, jamais o interesse pessoal do impetrante em não ser novamente transferido poderia se sobrepor ao interesse público, eis que o eventual deferimento da sua postulação fatalmente redundaria na defasagem do efetivo policial da correspondente Delegacia.

15. À unanimidade de votos, DENEGOU-SE a segurança" (fls. 82/83e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em síntese, o equívoco do acórdão estadual e, conseqüentemente, a ilegalidade do ato apontado como coator, na medida em que "ao contrário do que entendeu o D. Des. Relator, quando afirma que 'o servidor público não tem direito a inamovibilidade', na realidade, no caso em tela, restou caracterizado uma perseguição, ainda que 'velada'. Note-se que, o Recorrente vem sendo removido 'temporariamente', por diversas vezes e em um lapso temporal estreito, e pior, sem qualquer motivação para tal ato" (fl. 98e). E, ainda, que "os motivos postos nas portarias de remoção são falsos, uma vez que não expressam o real objetivo das remoções do Impetrante" (fl. 100e)

Por fim, requer "o acolhimento dos argumentos aqui expendidos, para que esse Colendo Superior Tribunal de Justiça digne-se em conhecer o presente Recurso Ordinário, dando-lhe TOTAL PROVIMENTO, a fim de reformar o Acórdão recorrido em todos os seus termos, concedendo, pois, a segurança pleiteada" (fl. 100e).

Contrarrazões a fls. 103/110e.

Em seu parecer (fls. 120/129e), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do Recurso Ordinário.

Com razão o Parquet Federal. A irresignação não merece prosperar.

Conforme se depreende da petição inicial do **mandamus**, o recorrente impetrou o presente remédio constitucional contra ato comissivo do Exmo. Senhor Delegado Especial Chefe de Polícia Civil, objetivando a nulidade da Portaria GAB/PCPE (DIRH) nº 1253, que determinou a sua remoção da Delegacia da 75a Circunscrição (Água Preta) para integrar a 72a Circunscrição (Barreiros), em razão da inobservância dos requisitos do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, que prevê a conveniência do serviço como requisito indispensável à remoção, bem como, por ausência de motivação do ato.

O Tribunal de origem ao denegar a segurança, o fez sob os seguintes fundamentos:

Superior Tribunal de Justiça

"Compulsando os autos, não verifico a existência de direito líquido e certo para a concessão da segurança. Explico.

É sabido que servidor público não pode alegar qualquer tipo de violação a direito adquirido pela sua remoção, vez que, dentre os direitos constitucionais a ele assegurados no artigo 37, não está a inamovibilidade.

Some-se a isso que todo ato de remoção, a pretexto de deslocar o servidor para outra localidade, visa assegurar sempre o interesse público, na medida em que a Administração fará mudanças operacionais a fim de equilibrar o efetivo ou até mesmo em caso de urgência/calamidade, tudo isso dentro do critério de conveniência e oportunidade de que goza a edilidade.

Assim, ainda que o concurso tenha oportunizado ao candidato escolher a área de preferência de sua lotação, isso não quer dizer que ele nunca poderá dali ser removido, seja por interesse pessoal ou até mesmo pelo interesse público.

É preciso, pois, que a legislação seja observada, quando for para trato de interesse particular, ou que interesse público se faça presente, quando se tratar de remoção de ofício.

Impedir que a Administração Pública possa gerir seus recursos e funcionários, ainda que sob o argumento de falta de motivação, é engessar e burocratizar ainda mais a gestão que, por si só, precisa observar o princípio da estrita legalidade, além de tantos outros balizadores.

No presente caso, o ato que determinou a remoção do impetrante está devidamente fundamentado e motivado nos considerandos mencionados pela autoridade apontada como coatora, inclusive, mencionando o artigo 13, I do Estatuto dos Policiais Civis, bem como do artigo 41, da lei nº 6.123/1968. Nesse sentido, pede-se vênha para transcrever os artigos mencionados:

Lei nº 6.425/1972 Art.13 A remoção será procedida nas seguintes formas:

- I. ex officio, no interesse da Administração;
- II. a pedido do funcionários, atendida a conveniência do serviço;
- III. por conveniência da disciplina.

Lei nº 6.123/1968 Art. 40. A remoção far-se-á:

- I - de um para outro órgão da administração;
- II - de uma para outra localidade.

Art. 41. A remoção pode ser a pedido ou de ofício, atendida

Superior Tribunal de Justiça

sempre a conveniência do serviço.

§ 1º Quando o pedido de remoção tiver por fundamento motivo de saúde, deverá este ser comprovado pela Junta Médica Estadual.

§ 2º Do pedido de remoção do funcionário formulado por órgão administrativo, deverá constar expressamente se o funcionário é desnecessário ou inadaptado ao serviço.

§ 3º Quando qualquer órgão da administração solicitar a remoção de um seu funcionário, este somente será desligado do serviço após a nova lotação.

Art. 42. Observado o disposto nos artigos 40 e 41, a remoção por permuta será processada a pedido escrito dos interessados.

É de se ver, pois, que os fundamentos elencados pelo impetrante para fundamentar a existência do seu direito líquido e certo caem por terra, vez que o servidor público não tem direito a inamovibilidade dentro do serviço público, sobretudo quando se verifica que tal ato foi feito visando ao interesse público e que foi devidamente fundamentado no ato de remoção.

Assim, não se vislumbra qualquer tipo de ilegalidade a ensejar a atuação deste Poder. Ao revés, agir de outro modo é interferir na discricionariedade da Administração e violar os preceitos constitucionais do artigo 2º da CF.

(...)

Por fim, e não menos importante, é preciso que se registre o fato de que as cidades (Água Preta e Barreiros) são contíguas e integram a mesma região, qual seja, a Zona da Mata Sul Pernambucana.

Nesse ponto, aliás, tenho como válido ressaltar, por cautela, que, no exercício de cargo público sabidamente desprovido da prerrogativa da inamovibilidade, jamais o interesse pessoal do impetrante em não ser novamente transferido poderia se sobrepor ao interesse público, eis que o eventual deferimento da sua postulação fatalmente redundaria na defasagem do efetivo policial da correspondente Delegacia" (fls. 85/88e).

Inicialmente, cumpre asseverar que a incursão pelo Poder Judiciário no mérito administrativo somente pode ser efetivada se houver demonstração, de plano, por meio de prova pré-constituída, da ausência de motivação ou que os motivos declinados pela Administração não traduzem a realidade, uma vez que a dilação probatória é providência incompatível com o rito do mandado e segurança.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, compulsando os documentos acostados aos autos, verifica-se que a Portaria GAB/PCPE (DIRH) nº 1253/2018, apontada como ato acoimado de coator, foi redigida nos seguintes termos:

"O CHEFE DE POLICIA CIVIL, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a necessidade de promover uma distribuição mais equânime do efetivo das unidades policiais ou de recompô-lo visando desenvolver as atividades institucionais da corporação com maior eficiência, eficácia e efetividade, de modo a garantir a segurança da sociedade e preservar a paz social;

CONSIDERANDO o disposto no art. 13, I, da Lei nº 6.425, de 29.09.1972, com suas alterações posteriores, e no art. 5º, § 1º, I a IX, do Decreto nº 36.849, de 22.07.2011, e alterações, que estabelecem medidas de controle da lotação, transferência, remoção, movimentação e permuta de policiais civis e militares;

CONSIDERANDO a conveniência do serviço, conforme o art. 41, da Lei nº 6.123 de 20 de julho de 1968, atendendo aos Princípios da Administração Pública, 'Considerando a necessidade de promover atividades institucionais da Corporação com maior eficiência, eficácia e efetividade, de modo a garantir a segurança da sociedade e preservar a paz social; Considerando a necessidade de alinhos pontuais nas Unidades Policiais Operacionais subordinadas à Diretoria Integrada do interior 1 (DINTER - 1), de modo a imprimir maior dinamismo e produtividade nas atividades que lhes são próprias e visando, com isso, propiciar as condições favoráveis para redução nos registros de crimes em geral, em especial, os Crimes Violentos Letais intencionais (CVLI) e Crimes Violentos Contra Patrimônio (CVP), contribuindo para que a Secretaria de Defesa Social venha a atingir as metas propostas pelo plano Estadual de Segurança Pública, denominado Pacto Pela Vida; Considerando a estratégia da Chefia de Polícia e desta Diretoria de alçar servidores com características de personalidade, capacidade cognitiva e habilidades específicas para o desempenho de investigações de Crimes Violentos Letais Intencionais, sobretudo com resultado Morte, e de Crimes Violentos Contra o Patrimônio em Áreas Integradas de Segurança AIS's específicas onde houve aumento no número de registros de CVLI e CVP no primeiro trimestre de 2018, se comparado com o mesmo período de 2017', conforme a CI nº 02412018 (Sigepe nº 8827736-5/2018), procedente da Diretoria Integrada do Interior 1, da SUBCP/GAB-PCPE.

RESOLVE:

I - Remover o Agente de Polícia, ELTON RICARDO ALVES

Superior Tribunal de Justiça

FERREIRA, matrícula nº 350954-0, da Delegacia de Polícia da 75ª Circunscrição - Água Preta, para Delegacia de Polícia da 72ª Circunscrição - Barreiros, ambas da 13ª DESEC/GC01-1/DINTER-1.

II - Determinar que o exercício do(a) servidor(a) na nova sede, fique condicionado ao efetivo cumprimento, sob pena de responsabilidade pessoal, inclusive dos titulares dos órgãos envolvidos, da formalidades e dos prazos previstos nos artigos 4º e 5º, da Portaria GAB/PCPE nº 118, de 27 de Janeiro de 2000" (fl. 21e).

Inobstante as razões deduzidas pelo impetrante no presente recurso, verifica-se, da análise dos termos da Portaria, que o ato de remoção supostamente ilegal, foi devidamente fundamentado e motivado pela autoridade apontada como coatora, inclusive, com supedâneo nos arts. 13, I, do Estatuto dos Policiais Cíveis e, ainda, no art. 41 da Lei 6.123/68.

Outrossim, as alegações de perseguição sofrida pelo servidor e de falsidade dos motivos deduzidos na portaria, como ensejadores da remoção do impetrante, são insuscetíveis de confirmação com base no substrato probatório dos autos. Com efeito, dos documentos apresentados não há como inferir a veracidade ou comprovação das teses sustentadas pelo autor. Logo, trata-se de matéria que demanda, indubitavelmente, dilação probatória, que é insuscetível de ser feita na via estreita do mandado de segurança, que exige prova pré-constituída das alegações do impetrante.

Segundo a jurisprudência do STJ, "a incursão pelo Poder Judiciário no mérito administrativo somente pode ser efetivada se houver demonstração, de plano, por meio de prova pré-constituída, que a motivação apresentada pela Administração não traduz a realidade, uma vez que a dilação probatória é providência incompatível com o rito do mandado de segurança. Embora a recorrente aduza a nulidade do ato administrativo por ausência de motivação válida e afirme que sua remoção possui nítido caráter persecutório, não logrou veicular, nos presentes autos, prova capaz de corroborar suas alegações ou demonstrar a liquidez e certeza de seu direito" (STJ, AgInt no RMS 54.278/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/12/2017). Nesse sentido: STJ, RMS 54.709/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/10/2017; RMS 42.696/TO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/12/2014.

Ainda:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA. DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL. REMOÇÃO EX OFFICIO. ATO MOTIVADO. ALEGAÇÃO DE PERSEGUIÇÃO NÃO

Superior Tribunal de Justiça

DEMONSTRADA DE PLANO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Na origem, cuida-se de mandado de segurança, em que a impetrante, Delegada da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, se insurge contra ato administrativo de remoção ex officio.

2. **A incursão pelo Poder Judiciário no mérito administrativo somente pode ser efetivada se houver demonstração, de plano, por meio de prova pré-constituída, que a motivação apresentada pela Administração não traduz a realidade, uma vez que a dilação probatória é providência incompatível com o rito do mandado de segurança.**

3. **Embora a recorrente aduza a nulidade do ato administrativo por ausência de motivação válida e afirme que sua remoção possui nítido caráter persecutório, não logrou veicular, nos presentes autos, prova capaz de corroborar suas alegações ou demonstrar a liquidez e certeza de seu direito.**

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no RMS 54.278/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/12/2017).

Por fim, ressalte-se que consignou o acórdão recorrido que "as cidades (Água Preta e Barreiros) são contíguas e integram a mesma região, qual seja, a Zona da Mata Sul Pernambucana", não subsistindo, assim, o argumento de que prestou concurso para Zona da Mata e, portanto, incabível a sua remoção para localidade distinta.

Desse modo, ausente ilegalidade ou abuso de poder no ato acoimado de coator, não há que se falar em direito líquido e certo a amparar a pretensão autoral, o acórdão recorrido não merece reparos, por estar em sintonia com o entendimento dominante desta Corte, a atrair, a incidência, na espécie, da **Súmula 568/STJ**, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao presente Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora